

## EDUCAÇÃO, DESIGUALDADE E REDUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

**Marcelo Medeiros**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.  
*E-mail:* <marcelo.medeiros@ipea.gov.br>.

**Rogério J. Barbosa**

Pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole da Universidade de São Paulo (CEM/USP).  
*E-mail:* <antrologos@gmail.com>.

**Flávio Carvalhaes**

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).  
*E-mail:* <flaviocarvalhaes@gmail.com>.

Usando simulações retrospectivas, examinamos se as políticas de expansão de ensino poderiam reduzir a desigualdade e a pobreza no Brasil. Os resultados obtidos indicam que existem limitações nessa estratégia.

Nossas simulações mostram que, mesmo no longo prazo, há limites claros para os impactos que a educação pode ter sobre a distribuição de renda. Em retrospectiva, a duplicação da proporção de trabalhadores com ensino médio no Brasil não resultaria em uma diminuição substancial na desigualdade – o coeficiente de Gini permaneceria em 93% do nível observado em 2010. Seria necessária uma melhoria muito mais radical para que obtivéssemos mudanças mais expressivas – por exemplo, a universalização do ensino superior acompanhada da manutenção dos retornos, algo extremamente implausível. Além disso, para manter esse novo patamar de rendimentos, deveríamos experimentar uma grande expansão da economia. A massa salarial teria que ser duplicada para absorver essa força de trabalho mais educada – e os patamares de desigualdade ficariam então abaixo de 85% do nível observado em 2010. Estes resultados são robustos quando testados com diferentes fontes de dados, em décadas distintas e usando várias medidas de desigualdade.

Com respeito aos impactos sobre a pobreza, as simulações indicam que, no curto prazo, eles teriam sido pequenos; no entanto, no longo prazo, poderiam ser mais expressivos. Porém, para que os níveis de pobreza se reduzissem para menos da metade daqueles observados em 2015, seriam necessários esforços extremos, como a universalização do ensino

superior. Garantir secundário completo a toda força de trabalho reduziria apenas cerca de um quarto da pobreza atualmente verificada – e apenas no longo prazo. Estas conclusões não são alteradas quando utilizamos diferentes linhas e medidas de pobreza.

De forma alguma nossos resultados permitem concluir que as políticas educacionais são irrelevantes. Mesmo no âmbito econômico e, mais especificamente, no mercado de trabalho existe um grande corpo de pesquisas que indicam que o sucesso das políticas de desenvolvimento de longo prazo depende do nível de qualificação da força de trabalho. Além disso, não podemos deixar de enfatizar que o papel da educação de modo algum se restringe aos fins puramente econômicos. Apontamos, contudo, que objetivos distributivos não podem ser majoritariamente perseguidos pela via da educação.

SUMÁRIO EXECUTIVO